

**Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e
Segurança**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7



Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP25906/O-0

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012 (reapresentado)	Passivos	Nota	2013	2012 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.206	42.695	Fornecedores		87.341	73.618
Clientes	5	547.976	441.010	Empréstimos e financiamentos	11	9.331	51.333
Impostos a recuperar		87.426	57.663	Debêntures	12	31.531	42.129
Despesas antecipadas		26.198	12.924	Salários e encargos sociais	13	259.336	229.719
Estoque		8.668	6.256	Impostos e contribuições		29.105	33.201
Outros ativos circulantes		35.665	45.787	Dividendos e JCP a pagar	16	53.971	-
Total do ativo circulante		778.139	606.335	Provisões	14	2.901	4.123
				Obrigações por compra de participações	15	3.060	2.000
				Outros		1.125	1.712
				Total do passivo circulante		477.701	437.835
Crédito com partes relacionadas	23	246.275	199.558				
Ativo fiscal diferido	22	56.799	72.534	Empréstimos e financiamentos	11	1.974	9.363
Depósitos judiciais	6	135.095	119.116	Debêntures	12	164.134	190.664
Créditos a receber de terceiros	7	93.487	78.254	Provisões	14	371.817	350.523
Outros		8.231	10.809	Obrigações por compra de participações	15	4.000	6.762
Total do ativo realizável a longo prazo		539.887	480.271	Débitos com partes relacionadas	22	42.164	1.873
				Impostos e contribuições		61.163	64.013
Investimentos	8	4.999	4.596	Total do passivo não circulante		645.252	623.198
Imobilizado	9	270.152	252.699				
Intangível	10	919.690	988.872	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		1.734.728	1.726.438	Capital social	16	1.001.079	332.089
				Adiantamento para aumento de capital	16	-	668.990
				Reserva de reavaliação	16	1.348	1.828
				Reserva de lucros	16	382.919	273.790
				Outros resultados abrangentes		4.568	(4.957)
				Total do patrimônio líquido		1.389.914	1.271.740
				Total do passivo		1.122.953	1.061.033
Total do ativo		2.512.867	2.332.773	Total do passivo e patrimônio líquido		2.512.867	2.332.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita Líquida	19	2.800.240	1.944.462
Custo dos serviços prestados	20	<u>(2.179.573)</u>	<u>(1.464.344)</u>
Lucro bruto		<u>620.667</u>	<u>480.118</u>
Despesas comerciais	20	(40.421)	(25.645)
Despesas gerais e administrativas	20	(319.704)	(253.096)
Resultado de equivalência patrimonial	8	408	44.179
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>245</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>261.195</u>	<u>245.556</u>
Despesas financeiras	21	(58.731)	(55.960)
Receitas financeiras	21	<u>25.400</u>	<u>11.738</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>(33.331)</u>	<u>(44.222)</u>
Resultado antes dos impostos		227.864	201.334
Imposto de renda e contribuição social	22	(55.719)	(43.251)
Resultado do exercício		<u>172.145</u>	<u>158.083</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - Básico e Diluído (em R\$)		560,86	1.636,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2013	2012
Resultado líquido do período	172.145	158.083
Outros Resultados Abrangentes		
Ganhos (perdas) atuariais	9.525	(4.957)
Resultado abrangente total do período	<u>181.670</u>	<u>153.126</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado	Adiantamento para aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
				Legal	Incentivos Fiscais	Lucros Retidos			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	332.089	-	2.677	19.138	562	217.863	-	-	572.329
Total de resultados abrangentes do período									
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	158.083	158.083
Atualização passivo atuarial - CPC 33	-	-	-	-	-	-	(4.957)	-	(4.957)
Transações com acionistas									
Adiantamentos para aumento de capital	-	668.990	-	-	-	-	-	-	668.990
Constituição reserva legal	-	-	-	6.480	-	-	-	(6.480)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(849)	-	-	-	-	849	-
Dividendos obrigatórios distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(37.901)	(37.901)
Dividendos s/ lucros gerados em anos anteriores	-	-	-	-	-	(56.322)	-	-	(56.322)
Juros sobre capital distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(28.482)	(28.482)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	86.069	-	(86.069)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	332.089	668.990	1.828	25.618	562	247.610	(4.957)	-	1.271.740
Total de resultados abrangentes do período									
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	172.145	172.145
Atualização passivo atuarial - CPC 33	-	-	-	-	-	-	9.525	-	9.525
Transações com acionistas									
Aumento de capital	668.990	(668.990)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição reserva legal	-	-	-	5.426	-	-	-	(5.426)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(480)	-	-	-	-	480	-
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(63.496)	(63.496)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	103.703	-	(103.703)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.001.079	-	1.348	31.044	562	351.313	4.568	-	1.389.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	172.145	158.083
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	114.104	100.913
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	8.219	3.892
Provisões para contingências líquidas	91.260	59.574
Ganhos na venda de imobilizado	(212)	-
Equivalência patrimonial	(408)	(44.178)
Impostos diferidos	15.735	(4.488)
Provisão para perdas em instrumentos financeiros	11.540	-
Juros e variações monetárias líquidas	27.710	37.528
	<u>440.093</u>	<u>311.324</u>
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber de clientes	(129.886)	(67.826)
Impostos a recuperar	(29.763)	(33.156)
Estoques	(2.412)	(1.805)
Depósitos judiciais	(15.979)	(9.635)
Outros	(27.286)	(31.074)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	13.723	24.583
Salários e encargos sociais	29.617	8.019
Impostos e contribuições	(16.471)	(29.701)
Outros	1.360	(19.462)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>262.996</u>	<u>151.267</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(62.983)	(782.591)
Aquisição de participações societárias	-	264.614
(Pagamento) Ingresso de obrigações por compra de participações	(2.357)	292.449
Alienações de ativo imobilizado	820	(208)
Caixa adquirido nas incorporações	-	71.084
Aumento de capital em controladas	(56)	(273.175)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(64.576)</u>	<u>(427.827)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	668.990
(Pagamento) Ingresso de empréstimos e financiamentos, líquido	(62.679)	25.424
Ingresso (pagamento) de mútuos entre partes relacionadas, líquido	16.346	(116.114)
Captação de debêntures	-	230.000
Pagamentos das debêntures	(58.966)	(10.677)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(122.705)
Pagamentos de contingências	(63.610)	-
Cessão de dívida	-	(396.871)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamento	<u>(168.909)</u>	<u>278.047</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>29.511</u>	<u>1.487</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.695	41.208
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	72.206	42.695
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>29.511</u>	<u>1.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Guaratã, 633, no Bairro do Prado. Seu objeto social é a prestação de serviços de logística e transporte de valores, envolvendo dinheiro, documentos, títulos de crédito, metais preciosos, em barras ou amoadados, e outros valores e objetos conversíveis em dinheiro, atuando, ainda, na manipulação, guarda e custódia de valores, contagem de numerário, arquivos físicos e eletrônicos, preparação de documentos compensáveis, manualmente ou por meio eletrônico, administração de pagamentos e recebimentos, manutenção de equipamentos e administração de caixas bancários automáticos (ATM), dentre outros.

Atualmente possui 115 filiais distribuídas em 26 Estados do Brasil, contando com um efetivo de 48.301 colaboradores (47.365 em 2012).

Baseando-se sempre em rigorosos processos de seleção, capacitação e reciclagem de seus colaboradores e dentro do conceito de segurança integrada, oferece através do segmento vigilância ativa, produtos direcionados a atender, de forma customizada, todas as possíveis demandas de serviços relacionadas com vigilância física e eletrônica, envolvendo proteção pessoal e do patrimônio, escolta de cargas e sistemas eletrônicos, bem como assessoramento aos clientes na definição e avaliação de procedimentos, planos e sistemas de segurança.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações na legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 15 de maio de 2014.

Conforme permitido pelo CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas, a Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas pelo fato de que sua controladora final no País, a Prosegur Holding e Participações S.A. está apresentando suas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o

milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3(e) – classificação de arrendamento mercantil.

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 – premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 9 – premissa sobre a mensuração da vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 10(ii) – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do fundo de comércio;
- Nota explicativa 14 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; e
- Nota explicativa 22 – premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos.

e. Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Durante o ano de 2013, a Companhia alterou a classificação de determinados ativos e passivos entre circulante e não circulante para uma melhor apresentação dos saldos. Os valores correspondentes ao exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2012, foram reapresentados para manter a consistência da apresentação.

Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

A tabela abaixo apresenta os impactos dessas reclassificações nos balanços patrimoniais aplicáveis.

Ativo	Anteriormente apresentado	[reclassificações]	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	42.695		42.695
Clientes	441.010		441.010
Impostos a recuperar	57.663		57.663
Despesas antecipadas	12.924		12.924
Estoque	6.256		6.256
Depósitos judiciais	80.669	(80.669) (i)	-
Outros	45.787		45.787
Total do ativo circulante	687.004	(80.669)	606.335
Crédito com partes relacionadas	199.558		199.558
Impostos diferidos	72.534		72.534
Depósitos judiciais	38.447	80.669 (i)	119.116
Créditos a receber de terceiros	78.254		78.254
Outros	10.809		10.809
Total do ativo realizável a longo prazo	399.602	80.669	480.271
Investimentos	4.596		4.596
Imobilizado	252.699		252.699
Intangível	988.872		988.872
Total do ativo não circulante	1.645.769	80.669	1.726.438
Total do ativo	2.332.773	-	2.332.773

Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Passivo	Anteriormente apresentado	[reclassificações]	Reapresentado
Fornecedores	86.622	(13.004) (iii)	73.618
Arrendamento mercantil e empréstimos	51.333		51.333
Debêntures	42.129		42.129
Salários e encargos sociais	229.719		229.719
Impostos e contribuições	33.201		33.201
Provisões	70.012	(65.889) (ii) / (iv)	4.123
Obrigações por compra de participações	2.000		2.000
Outros	5.835	(4.123) (iv)	1.712
Total do passivo circulante	520.851	(83.016)	437.835
Arrendamento mercantil e empréstimos	9.363		9.363
Debêntures	190.664		190.664
Provisões	267.507	83.016 (ii) / (iii)	350.523
Obrigações por compra de participações	6.762		6.762
Débitos com partes relacionadas	1.873		1.873
Impostos e contribuições	64.013		64.013
Total do passivo não circulante	540.182	83.016	623.198
Patrimônio líquido			
Capital social	332.089		332.089
Adiantamento para aumento de capital	668.990		668.990
Reserva de reavaliação	1.828		1.828
Reserva de lucros	268.833	4.957 (v)	273.790
Outros resultados abrangentes	-	(4.957) (v)	(4.957)
Total do patrimônio líquido	1.271.740	-	1.271.740
Total do passivo	1.061.033	-	1.061.033
Total do passivo e patrimônio líquido	2.332.773	-	2.332.773

- (i) Os depósitos judiciais estão sendo apresentados todos no ativo não circulante.
- (ii) As provisões para contingências estão sendo apresentados de forma integral no passivo não circulante.
- (iii) O montante de provisão de passivo atuarial decorrente do plano de benefício definido de assistência médica está sendo segregado do grupo contábil de “Fornecedores” e apresentados no grupo contábil de “Provisões”, no passivo não circulante.
- (iv) As provisões para falhas na operação estão sendo segregadas do grupo contábil de “Outras obrigações” e apresentadas em conjunto com as demais provisões no grupo contábil de “Provisões”, no passivo circulante.
- (v) O montante de perda atuarial do exercício de 2012, decorrente do benefício definido de assistência médica, foi anteriormente apresentado reduzindo o grupo contábil de “Reserva de lucros” no patrimônio líquido, este montante está sendo reapresentado para o grupo contábil de “Outros resultados abrangentes”, também no patrimônio líquido.

Em conformidade com o parágrafo 40A do CPC 26 (R1), a Companhia não está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato de que a aplicação retrospectiva das referidas reclassificações não teria efeito material sobre o balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2012.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas.

Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (*incluindo recebíveis*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico, caso sejam identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente, eles são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, se reduz o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é

revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, e, a partir de 1º de janeiro de 1996, pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Imobilizado em curso composto predominantemente de Obras Civis, aquisição de novos e reforma de Blindados, ampliação da Rede de Processamento de dados e Microcomputadores, ampliação e modernização de Maquinários de tesouraria.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos

arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iv. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo quando transfere o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

f. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

g. Benefícios a empregados

i. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em ORA. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

ii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Receita operacional

i. Serviços

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados. A receita pela prestação de serviços de vigilância patrimonial e de transporte de valores, não faturadas, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ele não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

IFRIC 21 Levies (Taxas Governamentais)

Essa interpretação refere-se à contabilização de taxas impostas pelos Governos, consistindo numa interpretação à IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A interpretação tipifica as taxas do Governo, e os eventos que dão origem à sua responsabilidade de pagamento, clarificando, dada a diversidade identificada na sua aplicação prática, o momento em que estas devem ser reconhecidas. O IFRIC 21 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	5.217	887
Bancos conta movimento	48.564	37.064
Aplicações Financeiras	18.425	4.744
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	72.206	42.695

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 18. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta-corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário remunerados a aproximadamente 97,20% (100% em 31 de dezembro de 2012) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo como equivalentes de caixa.

5 Clientes

	2013	2012
Contas a receber de terceiros no país	293.594	264.959
Contas a receber de partes relacionadas	23.033	14.861
Serviços a faturar	255.114	180.222
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(23.765)	(19.032)
Total contas a receber de clientes	547.976	441.010

Reconhecimento dos serviços a faturar

A grande maioria dos serviços a clientes são faturados entre os dias 10 a 20 de cada mês, sendo assim, todos os serviços já executados dentro do mês em datas posteriores ao fechamento da última fatura correspondente são provisionados na conta de “Serviços a faturar” no grupo contábil de “Clientes” no ativo circulante, em contrapartida à conta de “Receita” na demonstração do resultado do exercício.

A composição do contas a receber, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2013	2012
A vencer	498.901	357.029
0 a 30 dias	25.589	50.357
31 a 60 dias	6.528	13.569
61 a 90 dias	5.019	8.025
91 a 180 dias	13.359	10.567
Mais de 181 dias	22.345	20.495
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(23.765)</u>	<u>(19.032)</u>
Total	<u>547.976</u>	<u>441.010</u>

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Saldo em 31/12/12	(19.032)
Créditos provisionados no exercício	(8.219)
Baixas definitivas de títulos	3.486
Saldo em 31/12/13	<u>(23.765)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos a provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

6 Depósitos judiciais

Natureza dos processos	2013	2012
Trabalhistas	72.601	68.297
Cíveis	14.933	12.425
Tributárias	<u>47.561</u>	<u>38.394</u>
Total dos depósitos judiciais	<u>135.095</u>	<u>119.116</u>

7 Créditos a receber de terceiros

Referem-se a pagamentos de liquidação e depósitos judiciais trabalhistas, envolvendo ex-empregados de empresa cujos ativos foram adquiridos em 2005. Existe saldo a pagar decorrente da aquisição e que está sendo objeto de discussão entre as partes quanto ao valor líquido final devido, conforme cláusulas contratuais, tanto o crédito quanto o débito estão condicionados a decisão judicial.

8 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

A Prosegur Sistemas de Segurança Ltda., é uma coligada equiparada a controlada da Companhia tendo em vista que a Administração é a mesma, conseqüentemente, há influência significativa em suas operações.

Incorporação do Grupo Nordeste

A incorporação das empresas do Grupo Nordeste ocorreu no dia 01 de outubro de 2012, por esse motivo as informações dessas participações no quadro abaixo estão apenas em 2012 apresentadas pelo resultado de equivalência patrimonial que geraram no período.

Dados sobre as participações

	Part.(%)	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Lucro ou prejuízo	Res. Equiv. patrimonial	Valor Invest.
2012											
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.	1,00	18.377	20.382	38.759	10.063	3.546	13.609	25.150	8.113	81	251
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.	99,79	1.879	4.694	6.573	1.077	1.433	2.510	4.063	90	90	4.055
Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	99,62	306	35	341	85	242	327	14	(20)	(20)	14
Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda.	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	7.072	-
Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.950	-
Nordeste Segurança de Valores RG. do Norte Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.412	-
Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.311	-
Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.149	-
Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	10.379	-
Nordeste Segurança de Valores Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.628	-
Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.820	-
Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.664	-
Fiel Vigilância e Transporte	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.643	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276
Total		20.562	25.111	45.673	11.225	5.221	16.446	29.227	8.183	44.179	4.596
2013											
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.	1,00	24.563	29.469	54.032	15.083	1.257	16.340	37.692	12.474	125	376
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.	99,79	1.109	3.583	4.692	218	143	361	4.331	268	267	4.322
Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	99,62	444	30	474	112	333	445	29	16	16	29
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	272
Total		26.116	33.082	59.198	15.413	1.733	17.146	42.052	12.758	408	4.999

9 Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equiptos. e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equiptos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldos em 31/12/2011	26.638	100.992	20.923	116.226	30.120	50.221	37.390	5.536	388.046
Adições	-	-	-	2.105	-	-	42.408	139	44.652
Transferências	10.032	17.482	2.807	-	1.372	8.737	(41.112)	537	(145)
Baixas	(1)	(1)	(8)	(609)	(63)	-	(3.764)	(10)	(4.456)
Saldos incorporados	15	40.698	5.141	92.885	6.369	6.401	1.674	1.440	154.623
Saldos em 31/12/2012	36.684	159.171	28.863	210.607	37.798	65.359	36.596	7.642	582.720
Adições	-	-	-	-	-	-	59.509	-	59.509
Transferências	4.197	13.152	4.538	-	9.317	8.267	(35.350)	(4.121)	-
Baixas	-	(3.638)	(10)	(31.036)	(485)	-	(2.544)	(1.403)	(39.116)
Saldos em 31/12/2013	40.881	168.685	33.391	179.571	46.630	73.626	58.211	2.118	603.113

Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Depreciação acumulada	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equiptos. e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equiptos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldos em 31/12/2011	(1.602)	(57.746)	(13.255)	(74.193)	(21.309)	(28.380)	-	(4.021)	(200.506)
Depreciação	(933)	(10.620)	(1.292)	(16.622)	(4.311)	(5.018)	-	(569)	(39.365)
Baixas	-	1	7	603	64	-	-	10	685
Saldos Incorporados	(1)	(17.510)	(3.299)	(64.565)	(3.772)	(614)	-	(1.074)	(90.835)
Saldos em 31/12/2012	(2.536)	(85.875)	(17.839)	(154.777)	(29.328)	(34.012)	-	(5.654)	(330.021)
Depreciação	(1.347)	(16.280)	(1.880)	(11.973)	(4.475)	(5.485)	-	(264)	(41.704)
Baixas	-	3.638	10	30.596	375	-	-	4.145	38.764
Saldos em 31/12/2013	(3.883)	(98.517)	(19.709)	(136.154)	(33.428)	(39.497)	-	(1.773)	(332.961)
Taxas anuais de depreciação (%)	0 a 4	10	10	10	20	55	-	10 a 20	
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2012	34.148	73.296	11.024	55.830	8.470	31.347	36.596	1.988	252.699
Saldo em 31/12/2013	36.998	70.168	13.682	43.417	13.202	34.129	58.211	345	270.152

Garantia

Em 31 de dezembro de 2013, propriedades com o valor contábil de R\$ 9.008 (2012: R\$ 9.293) estão sujeitas a uma penhora registrada para garantir a execução de um processo fiscal.

O processo judicial de natureza fiscal é acompanhado por assessores jurídicos da Companhia e é classificado como risco de perda remota. Não há nenhum ativo em garantia a empréstimos.

10 Intangível

Custo do Intangível Bruto	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2011	213.255	105.945	36.930	13.776	9.094	1.430	380.430
Adições	-	734.184	-	-	6.450	-	740.634
Transferências	523.032	(570.779)	3.994	46.849	(3.994)	898	-
Efeito líquido IR/CS Diferido s/ ágio e alocação	-	17.587	-	-	-	-	17.587
Saldos incorporados	-	31.350	3.090	-	-	-	34.440
Baixas	-	(7.526)	-	-	-	-	(7.526)
Saldos em 31/12/2012	736.287	310.761	44.014	60.625	11.550	2.328	1.165.565
Adições	-	-	-	-	3.474	-	3.474
Transferências	(18.161)	754	-	3.829	-	13.578	-
Baixas	-	(256)	-	-	-	-	(256)
Saldos em 31/12/2013	718.126	311.259	44.014	64.454	15.024	15.906	1.168.783
Amortização Acumulada	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2011	(54.102)	(21.588)	(21.244)	(11.568)	-	(715)	(109.217)
Amortização	(44.394)	-	(5.938)	(12.931)	-	(496)	(63.759)
Saldos incorporados	-	(2.271)	(1.446)	-	-	-	(3.717)
Saldos em 31/12/2012	(98.496)	(23.859)	(28.628)	(24.499)	-	(1.211)	(176.693)
Amortização	(47.079)	-	(5.961)	(13.916)	-	(5.444)	(72.400)
Saldos em 31/12/2013	(145.575)	(23.859)	(34.589)	(38.415)	-	(6.655)	(249.093)
Taxas anuais de amortização (%)	5 a 20	-	20	25 a 33	-	20	
Intangível líquido							
Saldos em 31/12/2012	637.791	286.902	15.386	36.126	11.550	1.117	988.872
Saldos em 31/12/2013	572.551	287.400	9.416	26.039	15.024	9.251	919.690

i. Amortização

Em função das aquisições da Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S/A (adquirida em 2010), Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda (adquirida em 2011) e Grupo Nordeste (adquirido em 2012), foram identificados ágios gerados nas compras e ativos intangíveis de combinação de negócios, com base em laudos elaborados por empresa independente. Os ativos intangíveis alocados dos ágios possuem vida útil definida, com amortização linear, conforme prazo apresentado abaixo:

	Prazo de Amortização (anos)
Marcas, direitos e patentes	3 a 4
Carteira de clientes (grandes)	13 a 18
Carteira de clientes (outros)	5 a 14
Acordo de não competitividade	5

Além dos ativos intangíveis mencionados anteriormente, como advindos de combinações de negócios, registraram-se gastos com aquisições no ano de 2005 das carteiras de clientes de empresas concorrentes, com operações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os quais estão sendo amortizados, de forma linear, de acordo com o período de vida útil determinado com base em estudo desenvolvido por empresa especializada, cujas taxas variam de 5% a 8,93% ao ano, de acordo com a carteira envolvida. Também registraram-se os gastos com aquisição e desenvolvimento de *software*, amortizados pelo método linear a taxa de 20% ao ano.

ii. Teste de redução ao valor recuperável do ágio

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (Fundo de Comércio) foi baseado no valor justo menos as despesas de vendas. O valor justo menos despesas de vendas foi determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente e não indicou a necessidade de perda do valor recuperável.

11 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 18.

	2013	2012
Passivo circulante		
Arrendamento mercantil	4.166	6.188
Finame	5.165	5.056
Capital de giro	-	40.089
Total	9.331	51.333
Passivo não circulante		
Arrendamento mercantil	-	4.432
Finame	1.974	4.931
Total	1.974	9.363

Termos e cronograma de amortização da dívida de arrendamento mercantil

			2013		2012	
			Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor Contábil
Arrendamento mercantil	Moeda	Ano de vencimento				
	R\$	2013	-	-	6.188	6.188
	R\$	2014	4.166	4.166	4.432	4.432
Total passivos com arrendamento			4.166	4.166	10.620	10.620

Determinados contratos de arrendamento mercantil são firmados de forma irrevogáveis, sujeitos a encargos de CDI mais juros de 0,85% a 2,1% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja última parcela está prevista para o ano de 2014. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos bens adquiridos.

Termos e cronograma de amortização da dívida de Finame

Finame	Moeda	Ano de vencimento	2013		2012	
			Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor Contábil
	R\$	2013	-	-	5.056	5.056
	R\$	2014	5.165	5.165	2.957	2.957
	R\$	2015	1.974	1.974	1.974	1.974
Total passivos com Finame			<u>7.139</u>	<u>7.139</u>	<u>9.987</u>	<u>9.987</u>

Determinados contratos de Finame são firmados de forma irrevogáveis, sujeitos a encargos de juros com taxas que variam de 7 a 12 % ao ano. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos bens adquiridos.

12 Debêntures

	2013	2012
Passivo circulante		
Debêntures Curto Prazo	32.387	44.341
Custo com as captações Curto Prazo	(856)	(2.212)
Total	<u>31.531</u>	<u>42.129</u>
Passivo não circulante		
Debêntures Longo Prazo	166.060	192.103
Custo com as captações Longo Prazo	(1.926)	(1.439)
Total	<u>164.134</u>	<u>190.664</u>

Em 11 de abril de 2012, foi formalizado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 230.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança. Os recursos obtidos pela emissora por meio de oferta pública restrita foram destinados prioritariamente para liquidação do empréstimo ponte tomado pela emissora junto aos coordenadores e/ou empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico dos mesmos, para pagamento da 1ª parcela do preço de aquisição do Grupo Nordeste e o saldo remanescente foi destinado para aquisição e reperfilamento da dívida das empresas Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda., Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda., Nordeste segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda., Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda., Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda., Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda., Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda., Nordeste Transporte de Valores Ltda., e Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda.

As debêntures, não conversíveis em ações da Emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, tem prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de março de 2017. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture foi de

R\$ 1.000, na data de emissão, respeitando o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM 476, tendo sido, portanto, emitidas 230 (duzentas e trinta) debêntures. O Valor Nominal Unitário das debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo que as primeiras duas parcelas foram amortizadas em 07 de março e 07 de setembro de 2013, e as próximas parcelas serão amortizadas nas datas de vencimento, conforme indicado a seguir.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Amortização (R\$ mil)
1	07/03/2013	11,12%	25.576
2	07/09/2013	5,56%	12.788
3	07/03/2014	5,56%	12.788
4	07/09/2014	5,56%	12.788
5	07/03/2015	5,56%	12.788
6	07/09/2015	16,66%	38.318
7	07/03/2016	16,66%	38.318
8	07/09/2016	16,66%	38.318
9	07/03/2017	16,66%	38.318
		100,00%	230.000

A Escritura foi celebrada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da emissora, realizada em 28 de março de 2012, sendo que para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das debêntures foi 07 de março de 2012. As debêntures foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme colocação para a totalidade das Debêntures, de forma não solidária, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. O agente fiduciário da operação é a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda, os bancos acima mencionados atuaram como intermediários da operação, através de oferta de investidores.

O banco mandatário da emissão foi o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, capital. A oferta restrita foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM e não será objeto de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º do código ANBIMA.

As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por de Módulo de Distribuição de Títulos e Modulo Nacional de Debêntures e somente poderão ser negociadas nos mercados de valores mobiliários, entre investidores qualificados definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do 109 da instrução CVM nº 409 de 2004.

O Valor Nominal Unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da datada primeira subscrição e integralização, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos, interfinanceiros de um dia expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias uteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa de 2,30% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das debêntures e pagos ao final de cada período de capitalização.

A remuneração é paga semestralmente, a partir de emissão, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 07 de setembro de 2012. Farão jus à remuneração os titulares de debêntures ao final do dia útil anterior a cada data de pagamento da remuneração.

A Prosegur Compañia de Seguridad S.A. (Garantidora Espanhola e, em conjunto com as Garantidoras Brasileiras) prestou, por meio de uma *Letter of guarantee* constituída de acordo com as leis da Espanha, garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal pagadora, solidariamente responsável com a emissora e com as garantidoras brasileiras, pelo pagamento das obrigações garantidas. Valor total da emissão de R\$230.000. As debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, à vista, em moeda corrente nacional de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP.

A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento durante o período de vigência, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures, dentre elas destacam-se as seguintes:

- Relação entre dívida líquida e EBTIDA da Garantidora Espanhola seja superior a 3,0 (três inteiros) e
- Relação entre EBITDA e a despesa financeira líquida da garantidora espanhola seja inferior a 5,0 (cinco inteiros).

O agente fiduciário fará anualmente a medição de referidos índices financeiros com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Garantidora Espanhola. A Garantidora Espanhola obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário referidos demonstrativos financeiros no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da divulgação ao mercado das demonstrações financeiras da Garantidora Espanhola.

Em 31 de dezembro de 2013 os índices acima mencionados estão sendo cumpridos.

13 Salários e encargos sociais

	2013	2012
Salários a pagar	55.488	47.950
Provisão de férias	139.313	118.034
FGTS e INSS a pagar	30.072	28.917
Outros encargos e provisões a pagar	34.463	34.818
Total	259.336	229.719

14 Provisões

	Contingências			Benefícios a empregados	Outras provisões	Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas			
Saldos em 31/12/11	46.811	5.127	100.007	6.007	1.815	159.767
Adições	49.895	5.620	55.441	6.997	4.123	122.076
Baixas - pagamentos	(1.962)	(1.356)	(36.006)	-	-	(39.324)
Reversões	-	(3.250)	(8.808)	-	(1.815)	(13.873)
Saldos incorporados	34.220	5.470	86.310	-	-	126.000
Saldos em 31/12/12	128.964	11.611	196.944	13.004	4.123	354.646
Adições	21.688	8.577	98.690	3.349	2.901	135.205
Baixas - pagamentos	(3.069)	(4.747)	(55.794)	(180)	-	(63.790)
Reversões	(293)	(4.015)	(33.387)	(9.525)	(4.123)	(51.343)
Saldos em 31/12/13	147.290	11.426	206.453	6.648	2.901	374.718
Circulante	-	-	-	-	2.901	2.901
Não circulante	147.290	11.426	206.453	6.648	-	371.817

a. Provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. As provisões para eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus assessores legais.

A Companhia tem ações de natureza tributária, trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 68.697 (R\$ 151.143 em 2012), para as quais não há provisão constituída.

b. Benefícios a empregados

A Companhia não possui plano de benefícios previdenciários, concede apenas plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998. Veja política contábil na notas explicativas 3(g)(i), (g)(ii).

i. Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido

	Obrigações por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldos em 1º de janeiro	13.004	6.007	-	-	13.004	6.007
Incluídos no resultado						
Custos do serviço corrente	2.152	1.408	-	-	2.152	1.408
Custos do serviço passado	-	-	-	-	-	-
Despesa (receita) de juros	1.197	632	-	-	1.197	632
	3.349	2.040	-	-	3.349	2.040
Incluídos em ORA						
Perdas (ganhos) de remensuração:						
- premissas demográficas	(8.216)	-	-	-	(8.126)	-
- premissas financeiras	(4.037)	4.957	-	-	(4.037)	4.957
- ajustes pela experiência	2.728	-	-	-	2.728	-
	(9.525)	4.957	-	-	(9.525)	4.957
Outros						
Benefícios pagos	(180)	-	-	-	(180)	-
	(180)	-	-	-	(180)	-
Saldos em 31 de dezembro	6.648	13.004	-	-	6.648	13.004
Segregação da obrigação:						
- Ativos e autopatrocinados					4.576	13.004
- Aposentados e pensionistas					2.072	-
Total					6.648	13.004

ii. Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório foram (em média ponderada):

	2013	2012
Taxa de desconto	6,5% a.a.	4,0% a.a.
Taxa de inflação de Longo Prazo	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de tendência dos custos médicos	3,0% a.a.	3,0% a.a.

iii. Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

31 de dezembro de 2013	Obrigações de benefício definido	
	Aumento	Redução
Taxa de desconto [+ (-) 0,5%]	(656)	762
Taxa de inflação de Longo Prazo [+ (-) 0,5%]	-	-
Taxa de tendência dos custos médicos [+ (-) 0,5%]	959	(799)
Efeitos sobre a mortalidade futura [+ (-) 1 ano]	251	(249)

c. Outras provisões

Referem-se a provisões para riscos em falhas na operação de transporte de valor ou vigilância ativa.

15 Obrigações por compra de participações

Referem-se às parcelas finais de pagamentos decorrentes dos contratos de aquisição de empresas. O montante devido pela aquisição da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. atualizado pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI.

	2013	2012
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	7.060	8.762
Circulante	3.060	2.000
Não Circulante	4.000	6.762

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	2013	2012
2014	-	2.254
2015	2.000	2.254
2016	2.000	2.254
	4.000	6.762

16 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.001.079 era composto de ações nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações (milhares)			% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
TSR Participações Societárias S.A.	372.519	61.409	433.928	100,00
Outros	-	5	5	0,00
	372.519	61.414	433.933	100,00

b. Adiantamentos para aumento de capital

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2013, foi deliberado o aumento de capital da Companhia pela integralização da totalidade do Adiantamento para aumento de capital que estava constituído, até a data da assembleia, no montante de R\$ 668.990. Em razão do aumento de capital foram subscritas 289.984 mil novas ações, das quais 275.919 mil ações ordinárias e nominativas, e 14.065 mil ações preferenciais nominativas. A acionista TSR Participações Societárias S.A. subscreveu a totalidade das ações.

c. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da controladora e das subsidiárias e coligadas, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

d. Reserva de lucros

• **Reserva legal**

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

• **Reserva de retenção de lucros**

O saldo acumulado dos lucros gerados até o exercício de 2013 no montante de R\$382.919 (R\$273.790 em 2012), permanecem à disposição dos acionistas para deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Exercício de 2013

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos do exercício pode ser assim demonstrado:

Lucro líquido do exercício	172.145
Reserva legal	(5.426)
Base de cálculo dos dividendos	166.719
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	41.680

Em reunião da diretoria realizada em 9 de dezembro de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 63.496, proporcionalmente a participação de cada um dos acionistas. Os juros sobre o capital próprio foram considerados, para fins do cumprimento das obrigações estatutárias da Companhia, assim como antecipação de quaisquer dividendos, relativos ao exercício de 2013. Tais deliberações foram tomadas com base no resultado apurado em balanço intermediário, levantado em 30 de novembro de 2013, bem como lucros gerados em anos anteriores. O saldo de JCP distribuído, líquido do tributo retido na fonte, é de R\$ 53.971 e está contabilizado como passivo circulante na conta do balanço patrimonial “Dividendos e JCP a pagar”.

Juros sobre capital próprio distribuído como dividendo mínimo obrigatório	41.680
(+) Juros sobre capital próprio distribuídos antecipadamente	21.816
Total dos juros sobre o capital próprio propostos	63.496

Exercício de 2012

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos do exercício pode ser assim demonstrado:

Lucro líquido do exercício	158.083
Reserva legal	(6.480)
Base de cálculo dos dividendos	151.603
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	37.901

Em reunião da diretoria realizada em 26 de novembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio, no montante global de R\$ 28.482 e aprovada distribuição antecipada de dividendos, no montante de R\$ 94.223. Tais deliberações foram tomadas com base no resultado apurado em balanço intermediário, levantado em 31 de outubro de 2012, bem como lucros gerados em anos anteriores.

Dividendo mínimo obrigatório	37.901
(+) Dividendos s/ lucros gerados em anos anteriores	56.322
(+) Juros sobre capital próprio distribuídos antecipadamente	28.482
Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	122.705

17 Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida ajustada, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para este propósito, a dívida líquida ajustada é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa. Como não há reserva de *hedging* constituída, o patrimônio líquido não precisa ser ajustado.

A política da Companhia é manter um índice abaixo de 1,00. A dívida ajustada da Companhia para relação do patrimônio líquido ao final do período de relatório é apresentada a seguir:

	2013	2012
Total do passivo	1.122.953	1.061.033
Menos: caixa e equivalente de caixa	72.206	42.695
Dívida líquida	1.050.747	1.018.338
Total do Patrimônio Líquido	1.389.914	1.271.740
Índice da dívida líquida pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro	0,76	0,80

18 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração no Brasil juntamente com a Administração da matriz na Espanha tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de

risco da Companhia. Os diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento de contas a receber a fim de identificar perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente.

Gestão de capital

O objetivo da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança da controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Ela monitora as margens de lucro reais em relação aos retornos esperados para cada uma das linhas de serviços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2013	2012
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e Partes relacionadas)	866.457	683.263
Total	866.457	683.263

Perdas por redução no valor recuperável

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2013	2012
Saldos em 1º de janeiro	19.032	12.676
Saldos incorporados	-	2.464
Créditos provisionados no exercício	8.219	3.892
Baixas definitivas de títulos	(3.486)	-
Saldos em 31 de dezembro	23.765	19.032

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2013	2012 (reapresentado)
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores	87.341	73.618
Empréstimos e financiamentos	11.305	60.696
Debêntures	195.665	232.793
Obrigações por compra de participações	7.060	8.762
Partes relacionadas	42.164	1.873
Total	343.535	377.742

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

31 de dezembro de 2013	Valor Contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	Acima 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	87.341	87.341	-	-
Empréstimos e financiamentos	11.305	9.331	1.974	-
Debêntures	195.665	31.531	51.106	113.028
Obrigações por compra de participações	7.060	3.060	2.000	2.000
Partes relacionadas	42.164	-	42.164	-
Total	343.535	131.263	97.244	115.028

b. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	2013	2012
Ativos financeiros (Equivalentes de caixa)	18.425	4.744
Passivos financeiros (Arrendamento mercantil, Obrigações por compra de participações, Capital de Giro, Finame e Debêntures)	214.030	302.251

Risco cambial

Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a coligada Prosegur España S.L., sediada na Espanha, cujos valores a pagar e a receber correspondem a R\$ 24.581 e R\$ 29.209, respectivamente (R\$ 0 e R\$ 0, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012, em 2012 os saldos eram transacionados com a Prosegur Cia. de Seguridad S.A.) e que estão contratados em Euros.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, ao final do período de relatório, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	Lucro ou prejuízo		Patrimônio líquido	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
Debêntures (CDI)	(1.940)	1.940	(1.940)	1.940
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(1.940)	1.940	(1.940)	1.940

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2013		2012 (reapresentado)	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	18.425	18.425	4.744	4.744
Clientes	547.976	547.976	441.010	441.010
Créditos com partes relacionadas	246.275	246.275	199.558	199.558
Empréstimos e financiamentos	11.305	11.305	60.696	60.696
Debêntures	195.665	195.665	232.793	232.793
Fornecedores	87.341	87.341	86.622	86.622
Débitos com partes relacionadas	42.164	42.164	1.873	1.873

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Equivalentes de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- *Cientes, Fornecedores e Partes relacionadas* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
- *Empréstimos, financiamentos e Debêntures* - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- *Nível 1*: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos ;
- *Nível 2*: *Inputs*, exceto preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- *Nível 3*: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	18.425	-	-	18.425
Total de ativos	18.425	-	-	18.425
Em 31 de dezembro de 2012				
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	4.744	-	-	4.744
Total de ativos	4.744	-	-	4.744

19 Receita operacional

	2013	2012
Receita bruta	3.138.366	2.220.047
Menos:		
Impostos sobre vendas	(318.689)	(227.516)
Devoluções e abatimentos	(19.437)	(48.069)
Total de receita líquida	<u>2.800.240</u>	<u>1.944.462</u>

20 Custos e despesas operacionais

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

Custos e despesas por função

	2013	2012
Custo dos serviços prestados	(2.179.573)	(1.464.344)
Despesas comerciais	(40.421)	(25.645)
Despesas gerais e administrativas	(319.704)	(253.096)
Total de Custos e Despesas Operacionais	<u>(2.539.698)</u>	<u>(1.743.085)</u>

Custos e despesas por natureza

	2013	2012
Custos e Despesas com Pessoal	(1.862.445)	(1.223.087)
Amortização e Depreciação	(113.425)	(100.914)
Aluguéis	(110.660)	(88.526)
Outros custos e despesas operacionais	(453.168)	(330.558)
Total de Custos e Despesas Operacionais	<u>(2.539.698)</u>	<u>(1.743.085)</u>

21 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2013	2012
Juros sobre aplicações financeiras	1.894	4.420
Variação cambial ativa	15.758	5.529
Outras receitas financeiras	7.748	1.789
Receitas financeiras	<u>25.400</u>	<u>11.738</u>
Despesas de juros	(34.900)	(47.214)
Despesas com comissão	(1.571)	(1.485)
Variação cambial passiva	(8.071)	(6.114)
Perda esperada de investimentos (*)	(11.540)	-
Outras despesas financeiras	(2.649)	(1.147)
Despesas financeiras	<u>(58.731)</u>	<u>(55.960)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(33.331)</u>	<u>(44.222)</u>

(*) Refere-se à perda esperada das aplicações financeiras mantidas no Banco BVA (o banco sofreu liquidação do Banco Central do Brasil no dia 19 de junho de 2013).

22 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2013	2012
Lucro contábil antes dos impostos	227.864	201.334
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	77.474	68.454
Adições / exclusões permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	(139)	(15.021)
Juros sobre capital próprio	(21.589)	(9.684)
Outros	(27)	(498)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	55.719	43.251
Diferido	16.239	(3.986)
Corrente	39.480	47.237
Alíquota efetiva	24%	21%

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ágio	182.508	228.798	-	-	182.508	228.798
Diferenças temporárias	71.831	62.694	-	-	71.831	62.694
Alocação de intangíveis	-	-	(196.775)	(217.946)	(196.775)	(217.946)
Reavaliação imobilizado	-	-	(765)	(1.012)	(765)	(1.012)
Impostos ativos (passivos)	254.339	291.492	(197.540)	(218.958)	56.799	72.534

23 Partes relacionadas

Controladora e controladora final

A controladora da Companhia no Brasil é a Prosegur Holding e Participações S.A. sendo que a controladora final é a Prosegur Cia. de Seguridad S.A. sediada na Espanha.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O montante dos gastos incorridos com honorários e encargos sociais dos administradores em 2013 foi de R\$ 4.502 (R\$ 2.471 em 2012).

Outras transações com partes relacionadas

	Débito (crédito)					
	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladoras						
Prosegur Cia. de Seguridad S.A.	-	-	-	140.381	-	(5.335)
TSR Participações Societárias S. A.	151.206	-	-	14.696	-	-
Prosegur Holding e Participações S.A	21.597	-	-	20	-	-
Coligadas						
Prosegur España S.L.	29.209	(24.581)	(4.631)	-	-	-
Setha Indústria Eletrônica Ltda.	-	(2.587)	-	1.849	-	-
Prosegur Tecnologia em Sist. de Seg. e Inc. Ltda.	39.743	-	-	39.479	-	-
Prosegur Gestão de Ativos Ltda	19.435	(4.945)	-	6.929	(1.764)	-
Prosegur Activa Alarmes S.A	5.914	-	-	9.621	-	-
Outras	94	(91)	-	1.265	-	-
Controladas						
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.	1.809	(9.797)	-	-	-	-
Outras	301	(163)	-	179	(109)	-
	269.308	(42.164)	(4.631)	214.419	(1.873)	(5.335)
Sumário por natureza:						
Clientes	23.033			14.861		
Créditos com partes relacionadas	246.275			199.558		
Débitos com partes relacionadas		(42.164)			(1.873)	
Receita de Vendas			(4.631)			(5.335)
Total	269.308	(42.164)	(4.631)	214.419	(1.873)	(5.335)

As obrigações líquidas com a controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A. e com a coligada Prosegur España S.L. se referem a operações de mútuos, os quais são atualizados pela variação do Euro mais a variação da TJLP.

Os créditos mantidos com a Prosegur Tecnologia, decorrem de empréstimos de mútuo corrigidos pela remuneração de 100% do CDI. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, as quais são corrigidas pela TJLP. Embora os contratos de mútuos possuam data de vencimento por prazo indeterminado, os débitos com partes relacionadas estão no passivo não circulante, pois, não há expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses.

As operações que afetam o resultado incluem a parcela aplicável à Prosegur Brasil referente às despesas corporativas rateadas pela controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A, assim também como rateio de despesas corporativas local e os juros sobre as operações de mútuo.

24 Evento subsequente

Conforme documento emitido no dia 23 de janeiro de 2014, a Companhia criou um evento de “Amortização Extraordinária, Juros e Prêmio da Série Única da 1ª Emissão de Debêntures da PROSEGUR BRASIL S.A. TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA – ativo PRSG11”. Este documento foi assinado pelos representantes legais da Companhia e possui aprovação do Agente Fiduciário (SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.).

A amortização extraordinária do principal e juros, assim como o pagamento do prêmio de 0,90%, ocorreu no dia 31 de janeiro de 2014 sob montante de R\$ 82.997, equivalente a 31,9068% de amortização do principal das Debêntures da Série Única da 1ª Emissão.

* * *

DIRETORIA

Carlos Eduardo Escobal

Aprígio Rello Júnior

José Ascânio Ferreira

Denilson Colodetti Pinheiro

Responsável Técnico

Graziella Figueiredo Ferreira

Gerente Corporativa Contábil

CRC-MG 080210/O-8